
***RBS Participações S.A.
e empresas
controladas***

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
RBS Participações S.A. e empresas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da RBS Participações S.A. e suas controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

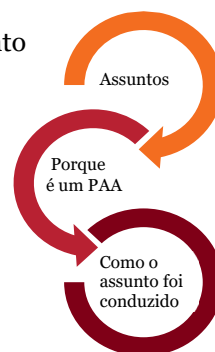
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





RBS Participações S.A. e empresas controladas

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões e passivos contingentes (Nota 12)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta o montante de R\$ 11.790 mil relacionado à processos judiciais cuja expectativa de perda é classificada como provável, além do montante de R\$ 25.394 mil relacionado à processos judiciais cuja expectativa de perda é classificada como possível.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Além disso, a determinação da probabilidade de perda dos processos em andamento envolve julgamentos críticos por parte da Administração, reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Em nossa estratégia de auditoria realizamos a leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia, assim como obtivemos um entendimento dos controles internos mantidos na área. Também avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, efetuamos testes de recálculo do valor de exposição dos principais processos judiciais e administrativos cuja perda foi classificada como provável, teste de atualização financeira desses processos, conforme legislação aplicável, bem como obtivemos confirmação dos processos com os advogados que patrocinam as causas para obtenção de dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Adicionalmente, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes, com as informações dos consultores jurídicos internos e externos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



RBS Participações S.A. e empresas controladas


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2021.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Consolidado | | Passivo | Nota | Consolidado | |
|---|---------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 113.960 | 125.633 | Fornecedores | | 7.487 | 8.363 |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | 5 | 85.231 | 76.716 | Contas a pagar referente a contratos de rede | | 9.734 | 14.423 |
| Contas a receber | 6 | 42.617 | 51.477 | Debêntures | 11 | 64.071 | 67.282 |
| Estoques | | 2.217 | 3.588 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 9.333 | 15.656 |
| Impostos a recuperar | | 764 | 5.271 | Obrigações tributárias | | 9.912 | 9.939 |
| Partes relacionadas | 10.1(b) | 7.225 | 6.040 | Comissões e bonificações a pagar | | 659 | 2.540 |
| Adiantamento a fornecedores | | 25 | 647 | Receitas diferidas | | 742 | 2.483 |
| Contas a receber relativo a venda de ativos | | 4.479 | 4.479 | Dividendos a pagar | | 4.137 | 9.201 |
| Outros ativos | | 44 | 63 | Arrendamentos a pagar (IFRS 16) | | 856 | 1.266 |
| | | | | Outras obrigações | | 425 | 451 |
| Total do ativo circulante | | 256.562 | 273.914 | Total do passivo circulante | | 107.356 | 131.604 |
| Não Circulante | | | | Não Circulante | | | |
| Impostos diferidos | 8 | 22.402 | 15.982 | Debêntures | 11 | 124.464 | 158.769 |
| Depósitos judiciais | 12 | 9.735 | 17.075 | Impostos diferidos | 8 | 27.735 | 25.937 |
| Despesas antecipadas | | 464 | 3.089 | Provisão para contingências | 12 | 11.790 | 9.168 |
| Partes relacionadas | 10.1(a) | 14.304 | 13.043 | Total do passivo não circulante | | 163.989 | 193.874 |
| Investimentos | 7 | 94.035 | 109.136 | Total do passivo | | 271.345 | 325.478 |
| Imobilizado | 9 | 92.525 | 102.394 | Patrimônio líquido | 13 | | |
| Intangível | 9 | 7.886 | 4.886 | Capital social | | 50.000 | 50.000 |
| Total do ativo não circulante | | 241.351 | 265.605 | Reserva de lucros | | 176.568 | 164.000 |
| | | | | Resultado abrangente | | - | 41 |
| Total do ativo | | 497.913 | 539.519 | Total do patrimônio líquido | | 226.568 | 214.041 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 497.913 | 539.519 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>Consolidado</u> | | |
|---|--------------------|-----------------------|------------------------|
| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita operacional líquida | 14 | <u>199.101</u> | <u>249.490</u> |
| Custos operacionais | 15 | <u>(110.479)</u> | <u>(128.487)</u> |
| Lucro bruto | | <u>88.622</u> | <u>121.003</u> |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | | |
| Com vendas | 16 (b) | (19.598) | (24.423) |
| Gerais e administrativas | 16 (a) | (47.412) | (57.334) |
| Outras receitas operacionais líquidas | 16 (c) | <u>13.159</u> | <u>22.903</u> |
| Total despesas operacionais | | <u>(53.851)</u> | <u>(58.854)</u> |
| Resultado antes da equivalência patrimonial | | <u>34.771</u> | <u>62.149</u> |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (12.271) | 2.719 |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | <u>22.500</u> | <u>64.868</u> |
| Despesas financeiras | | (12.168) | (23.005) |
| Receitas financeiras | | <u>4.349</u> | <u>11.044</u> |
| Resultado financeiro | 17 | <u>(7.819)</u> | <u>(11.961)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social | | <u>14.681</u> | <u>52.907</u> |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | (2.835) | (6.782) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | <u>4.622</u> | <u>(10.273)</u> |
| Total de impostos de renda | 19 | <u>1.787</u> | <u>(17.055)</u> |
| Lucro do exercício | | <u>16.468</u> | <u>35.852</u> |
| Lucro básico por ação (em reais) | | <u>0,33</u> | <u>0,72</u> |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstração de resultados abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Lucro líquido do exercício | 16.468 | 35.852 |
| Outros | <u>(41)</u> | <u>(60)</u> |
| Resultado abrangente total | <u>16.427</u> | <u>35.792</u> |

RBS Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Resultado abrangente | Reservas | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|----------------------|---------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 50.000 | 101 | 10.000 | 161.105 | - | 221.206 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 35.852 | 35.852 |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | (8.963) | (8.963) |
| Dividendos adicionais | - | - | - | (33.994) | - | (33.994) |
| Resultado Abrangente | - | (60) | - | - | - | (60) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 26.889 | (26.889) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 50.000 | 41 | 10.000 | 154.000 | - | 214.041 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 16.468 | 16.468 |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | (4.117) | (4.117) |
| Dividendos prescritos | - | - | - | 217 | - | 217 |
| Resultado Abrangente | - | (41) | - | - | - | (41) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 12.351 | (12.351) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 50.000 | - | 10.000 | 166.568 | - | 226.568 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

| | Consolidado | | |
|---|--------------------|------------------------|------------------------|
| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Lucro líquido do período | | <u>16.468</u> | <u>35.852</u> |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | | |
| Depreciação e amortização | 9 | 13.595 | 14.681 |
| Equivalência patrimonial | 7 | 12.271 | (2.719) |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 9 | 396 | 200 |
| Juros s/empréstimos e financiamentos | 11 | 10.359 | 21.584 |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | 5 | (16.799) | (23.299) |
| Juros de empréstimos com partes relacionadas | | (337) | (103) |
| Custo das debêntures | 11 | 504 | 1.056 |
| Imposto de renda e contribuição social diferida | 8 | (4.622) | 10.273 |
| Provisão de contingências | 12 | 15.616 | 7.701 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 6 | 1.213 | 426 |
| | | <u>48.663</u> | <u>65.652</u> |
| Redução (aumento) nos ativos | | | |
| Contas a receber | 6 | 7.647 | (111) |
| Impostos a recuperar | | 4.506 | (213) |
| Estoque | | 1.371 | 914 |
| Adiantamento a fornecedores | | 622 | 209 |
| Depósitos judiciais | 12 | 7.340 | (1.316) |
| Despesas antecipadas | | 2.625 | 383 |
| Outros ativos | | 20 | (39) |
| | | <u>24.131</u> | <u>(173)</u> |
| Aumento (redução) nos passivos | | | |
| Fornecedores | | (876) | (876) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | (6.323) | (3.702) |
| Obrigações tributárias | | (27) | 1.713 |
| Contas a pagar referente a contratos de rede | | (4.689) | 421 |
| Comissões e bonificações a pagar | | (1.881) | 873 |
| Pagamentos de litígios | | (12.994) | (15.246) |
| Dividendos propostos | | (5.060) | 3 |
| Outras obrigações | | (22) | 185 |
| Receitas diferidas | | (1.741) | 2.044 |
| | | <u>(33.613)</u> | <u>(14.585)</u> |
| Caixa líquido das atividades operacionais | | <u>39.181</u> | <u>50.893</u> |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | |
| Dividendos recebidos | | 10.322 | - |
| Alienação de investimento | | 2.830 | 2.994 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 717 |
| Aportes em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | (2.044) | (5.643) |
| Aquisição de imobilizado e intangível | 9 | (7.402) | (19.353) |
| Direito de uso de arrendamento | 9 | 281 | (1.763) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | | <u>3.987</u> | <u>(23.048)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Dividendos distribuídos | | (3.947) | (33.994) |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | | (34.800) | (62.800) |
| Pagamento de juros em financiamento e debêntures | 11 | (13.579) | (23.783) |
| Contratos de arrendamento | | (410) | 1.266 |
| Fluxos com partes relacionadas | | (2.105) | (1.239) |
| Caixa líquido das atividades de financiamentos | | <u>(54.841)</u> | <u>(120.550)</u> |
| (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | <u>(11.673)</u> | <u>(92.705)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 125.633 | 218.338 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | <u>113.960</u> | <u>125.633</u> |
| (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | <u>(11.673)</u> | <u>(92.705)</u> |

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A RBS Participações S.A. (a "RBS Participações" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente possui investimentos em transmissão de TV analógica e digital no estado do Rio Grande do Sul.

1.1 Licenças regulatórias

As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV) e são renováveis por iguais períodos mediante requerimento prévio.

As licenças atuais das TVs da RBS Participações S.A. em Porto Alegre (TV Gaúcha) e Caxias do Sul (TV Caxias) encontram-se e processo de renovação.

Em outubro de 2013, foi solicitada a renovação da concessão da TV Caxias, dentro do prazo legal, que encerrou em fevereiro de 2014. O pedido abrange o período de 08 de fevereiro de 2014 a 2029. Em maio de 2007, foi solicitada a renovação da concessão da TV Gaúcha, dentro do prazo legal, que encerrou em outubro de 2007. O pedido abrange o período de 05 de outubro de 2007 a 2022. A administração acredita que as licenças para as quais as renovações foram solicitadas, que ainda estão em análise pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem em análise, visto o atendimento de todos os prazos legais, as Companhias seguem autorizadas a continuar a utilizar essas licenças.

1.2 Acordo operacional mantido junto à Rede Globo

Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da RBS Participações fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 40 anos. O atual contrato de transmissão televisiva com a Globo foi renovado em dezembro de 2019 até 2024.

A RBS Participações S.A. mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão no estado do Rio Grande do Sul. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais comercializadas por elas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela administração em 31 de março de 2021.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumento derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 12)
- Perdas estimadas em crédito (nota explicativa nº6);
- Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº8)

2.5 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas subsidiárias.

2.5.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas abaixo.

Resumo dos investimentos da RBS Participações direta e indiretamente e critérios de consolidação:

| Controladora | Companhia | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Resultado em 31/12/20 | Participação | Obs. |
|------------------------|--|---------|---------|--------------------|-----------------------|--------------|------------|
| S+ Participações S.A. | RBS - Zero Hora Editoria Jomalística S.A. | 103.379 | 70.723 | 188.006 | (23.400) | 50% (i) | |
| RBS Participações S.A. | RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A. | - | 2.716 | 2.710 | 25 | 100% | Controlada |
| RBS Participações S.A. | RBS Empresa de Infra - Estruturas e Participações S.A. | 14 | - | 14 | - | 99,99% | Controlada |

(i) Avaliada pelo método de equivalência patrimonial

Em 2020, o investimento RBS Comércio e licenciamento de marcas foi baixado em decorrência da extinção da cia. O impacto no resultado foi de R\$ 2.789.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5.2 *Transações com partes relacionadas*

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia obtém controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo RBS são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo RBS.

2.5.3 *Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.4 *Contas a receber*

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”) e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a perda esperada definida com base no modelo de negócios do Grupo RBS.

2.5.5 *Provisão para contingências*

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº12. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação de consultores legais internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em

conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

2.5.6 Imobilizado

2.5.6.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

2.5.6.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

2.5.6.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com o laudo elaborado por terceiros.

2.5.6.4 Ajuste ao valor recuperável

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.5.6.5 Ativo de direito de uso

O A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Companhia optou por utilizar o expediente prático e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.5.7 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos

intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seriam requeridos a realização de teste de recuperabilidade. O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de controladas. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

2.5.9 Debêntures

Debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custo da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

2.5.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do Grupo.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e contribuição social diferidos não estão apresentados pelo líquido no balanço por possuírem naturezas diferentes que impactam no direito legal da compensação, desta forma os saldos estão demonstrados de forma segregada no ativo e passivo.

2.5.11 Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita ocorre quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

2.5.11.1 Receita operacional

A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende na veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociação pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede. Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela Globo como agenciamento mercantil.

As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas ou despesas.

2.5.11.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.12 Patrimônio líquido

2.5.12.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.5.12.2 Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

2.5.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em

parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

2.5.14 Benefícios a empregados

2.5.14.1 Fundo de pensão

A RBS Participações faz contribuições para planos de pensão de contribuição definida privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a RBS Participações não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

2.5.14.2 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo RBS reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.5.15 Ativos financeiros

2.5.15.1 Classificação e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

2.5.15.2 Impairment

O Grupo valia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.15.3 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham

substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

2.5.16 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

3 Eventos significativos do exercício – COVID-19

3.1 Contexto

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras consolidadas. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir:

3.2 Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, diminuição dos turnos de trabalho nas operações para reduzir o número de profissionais circulando, rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma na economia do país, dentre as quais destacamos: Federal - (i) PIS e Cofins e INSS-Contribuição Patronal - tiveram os valores devidos das competências de março a maio de 2020, diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; (ii) FGTS - teve o recolhimento das competências de março a maio diferidas em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; (iii) Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho/2020 e (iv) IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre 3 de abril e 2 de outubro de 2020. A companhia adotou uma série de medidas visando reduzir custos, postergar desembolso de caixa e otimizar seu capital de giro, com objetivo de reforçar sua solidez financeira e resiliência dos seus negócios.

3.3 Impactos no resultado operacional

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas. As informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações e que podem afetar a situação financeira e os resultados da companhia. Os principais reflexos foram:

a. Receita operacional:

Os principais impactos estão vinculados à: (i) redução de vinculação de mídia em decorrência da redução da demanda do mercado de bens de consumo impactando na receita de publicidade e propaganda e; (ii) redução de assinaturas de jornal por reflexos econômicos vinculados a capacidade financeiras das famílias gaúchas.

b. Custos e despesas operacionais:

Reduções de: (i) pessoal e ordenados estão vinculados a aplicação da medida provisionária nº936; (ii) redução de produção e programação vinculados à otimização operacional; (iii) redução de matéria prima aplicada na elaboração dos jornais e (iv) gastos com manutenção e reformas represados. As reduções não se limitam aos exemplos expostos.

c. Fluxo de caixa financeiro:

A Companhia está reorganizando a capacidade de fluxo de caixa próprio, sempre honrando os pagamentos programados. A administração aprovou a prorrogação da amortização programada para novembro de 2020 para o mesmo mês em 2023 da 5ª Emissão de Debêntures da RBS Participações S.A. No entanto, procurou não impactar no fluxo de pagamentos dos fornecedores, pois entende o momento difícil que muitos setores estão passando.

d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros e perdas de créditos não esperada:

A administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros no decorrer do o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. Em relação às perdas de crédito não esperadas, a Companhia manteve os índices de recebimento com base no giro de recebimento de clientes.

e. Cláusulas restritivas (covenants financeiros):

Não houve quebra de quaisquer cláusulas restritivas até o momento.

f. Ativos fiscais diferidos e provisões para contingências

Até o momento, não ocorreram novas contingências decorrentes dos efeitos da pandemia da COVID-19 e não há expectativas que ocorram novas contingências significativas. Com relação à recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, a Companhia avaliou sua recuperabilidade e não identificou a necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável por efeitos decorrentes da pandemia de COVID-19.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Conta corrente | 13.261 | 109 |
| Aplicação financeira Fundos | 13.258 | 100.815 |
| Aplicação financeira CDB | <u>87.441</u> | <u>24.709</u> |
| Total | <u><u>113.960</u></u> | <u><u>125.633</u></u> |

As aplicações financeiras referem-se a fundos de aplicação em títulos públicos e privados cujo objetivo é o retorno vinculado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O retorno médio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 92,86% do CDI.

5 Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldo no início do exercício | 76.716 | 47.774 |
| Novos aportes | 2.044 | 5.643 |
| Retorno dos investimentos (dividendos) | (10.328) | - |
| Variação no valor justo de ativos financeiros (i) | <u>16.799</u> | <u>23.299</u> |
| Saldo no final do exercício | <u><u>85.231</u></u> | <u><u>76.716</u></u> |

(i) Refere-se a aplicações nos fundos e-Bricks Early Stage I,LP e e-Bricks Ventures II, LP localizados nas Ilhas Cayman, direcionado para investimentos em empresas *Startups* de tecnologia.

6 Contas a receber

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Publicidade | 44.075 | 53.533 |
| Produção | 4 | 20 |
| Outros | 1.442 | (29) |
| Provisão para devedores duvidosos | <u>(2.904)</u> | <u>(2.047)</u> |
| Total | <u><u>42.617</u></u> | <u><u>51.477</u></u> |

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros menos a provisão para *impairment* do contas a receber.

Contas a receber de clientes
 Contrapartes sem classificação externa de crédito

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| A vencer | 28.854 | 32.895 |
| Vencidas de 1 a 180 dias (i) | 13.695 | 17.739 |
| Vencidos a mais de 180 dias | 2.972 | 2.890 |
| Provisão para devedores duvidosos | <u>(2.904)</u> | <u>(2.047)</u> |
| Total | <u>42.617</u> | <u>51.477</u> |

(i) O principal título vencido entre 1 e 180 dias tem o montante de R\$ 12.646, este valor foi liquidado em janeiro de 2021.

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da RBS Participações são as seguintes:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Saldo no início do exercício | (2.047) | (1.820) |
| Provisão para perda | (1.213) | (426) |
| Baixas recebidas como incobráveis | 102 | 117 |
| Valores recuperados | <u>254</u> | <u>82</u> |
| Total | <u>(2.904)</u> | <u>(2.047)</u> |

7 Investimento

| | RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A. | RBS Administração e Cobrança Ltda. | Outros | Total |
|--|---|---------------------------------------|------------------|-----------------------|
| Informações sobre a empresa em 31/12/20 | | | | |
| Ativo circulante | 155.350 | | | 155.350 |
| Ativo não circulante | 103.379 | | | 103.379 |
| Passivo circulante | 46.047 | | | 46.047 |
| Passivo não circulante | 24.676 | | | 24.676 |
| Patrimônio líquido | 188.006 | | | 188.006 |
| Resultado do exercício | <u>(23.400)</u> | | | <u>(23.400)</u> |
| Percentual de participação 31/12/20 | 50,00% | 0,00% | | |
| Investimento em 31/12/2018 | <u>106.451</u> | <u>2.970</u> | <u>50</u> | <u>109.471</u> |
| Equivalência patrimonial | 2.635 | 84 | - | 2.719 |
| Baixa resultado abrangente | - | (60) | - | (60) |
| Baixa de investimento (i) | - | <u>(2.994)</u> | - | <u>(2.994)</u> |
| Investimento em 31/12/2019 | <u>109.086</u> | <u>-</u> | <u>50</u> | <u>109.136</u> |
| Equivalência patrimonial | (12.271) | - | - | 12.271 |
| Baixa resultado abrangente (ii) | <u>(2.830)</u> | - | - | <u>2.830</u> |
| Investimento em 31/12/2020 | <u>93.985</u> | <u>-</u> | <u>50</u> | <u>94.035</u> |

(i) Em novembro de 2019, a RBS Participações alienou o investimento da RBS Administração e Cobrança Ltda, resultando na baixa do investimento no montante de R\$ 2.994, cujo impacto no resultado foi de R\$ 2.484.

(ii) Em agosto de 2020, a RBS Participações baixou o valor do ágio relativo ao investimento na RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A. no valor de R\$ 2.830, cujo impacto no resultado foi de R\$ 2.788 e R\$ 41 no resultado abrangente.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que são base para impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias entre depreciação contábil e a depreciação fiscal, conforme segue:

| <i>Ativo de imposto diferido</i> | Provisões | Perda de impairment | Prejuízos fiscais | Total |
|--|--------------|---------------------|-------------------|---------------|
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 6.404 | 44 | 12.767 | 19.215 |
| (Creditado) debitado à demonstração do resultado | (1.307) | 34 | (1.960) | (3.233) |
| Em 31 de Dezembro de 2019 | 5.097 | 78 | 10.807 | 15.982 |
| (Creditado) debitado à demonstração do resultado | 2.269 | 63 | 4.088 | 6.420 |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | 7.366 | 141 | 14.895 | 22.402 |

| <i>Passivo de imposto diferido</i> | Depreciação acelerada | Avaliação s/ Valor Justo | Total |
|--|-----------------------|--------------------------|---------------|
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 14.433 | 4.464 | 18.897 |
| (Creditado) debitado à demonstração do resultado | (882) | 7.922 | 7.040 |
| Em 31 de Dezembro de 2019 | 13.551 | 12.386 | 25.937 |
| (Creditado) debitado à demonstração do resultado | (448) | 2.246 | 1.798 |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | 13.103 | 14.632 | 27.735 |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

Compensação dos impostos diferidos ativo:

| | |
|--|---------------|
| 2021 | 3.753 |
| 2022 | 3.615 |
| 2023 | 3.485 |
| 2014 a 2028 | 11.549 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 22.402 |

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações e controladas.

9 Imobilizado e intangível

a) Composição dos saldos

| IMOBILIZADO | | | | | |
|---|-------------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Itens | Taxa de Depreciação (%) | Custo | 31/12/2020 | | 31/12/2019 |
| | | | Depreciação acumulada | Valor residual | Valor residual |
| Máquinas e equipamentos | 8,93% | 174.242 | (126.669) | 47.573 | 55.035 |
| Terrenos | | 9.207 | - | 9.207 | 9.207 |
| Edifícios e construções | 1,79% | 49.706 | (22.671) | 27.035 | 28.105 |
| Móveis e utensílios | 4,66% | 14.768 | (12.685) | 2.083 | 2.653 |
| Veículos | 9,66% | 3.035 | (3.035) | - | 36 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 8,47% | 5.402 | (3.555) | 1.847 | 2.221 |
| Equipamentos de informática e comunicação | 14,80% | 32.498 | (29.052) | 3.446 | 3.196 |
| Antenas, torres e rede integrada | 10,57% | 14.925 | (14.360) | 565 | 733 |
| Contrato de arrendamento mercantil | | 1.168 | (399) | 769 | 1.207 |
| Total | | 304.951 | (212.426) | 92.525 | 102.394 |

| INTANGÍVEL | | | | | |
|------------------------|-------------------------|---------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Itens | Taxa de Amortização (%) | Custo | 31/12/2020 | | 31/12/2019 |
| | | | Amortização acumulada | Valor residual | Valor residual |
| Marcas e patentes | | 1.118 | - | 1.118 | 1.119 |
| Software | 6,47% | 46.525 | (40.041) | 6.484 | 3.472 |
| Direito de uso | | 223 | - | 223 | 223 |
| Acervo cinematográfico | 2,28% | 480 | (419) | 61 | 72 |
| Concessões | | 18 | (18) | - | - |
| Total | | 48.364 | (40.478) | 7.886 | 4.886 |

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas ofereceram imobilizados no valor de R\$ 794 (R\$1.833 em 31 de dezembro de 2019) em garantia de processos judiciais.

b) Movimentação dos saldos

| IMOBILIZADO | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------|--------------|-------------------------|---------------------|------------|--------------------------------------|---|----------------------------------|------------------------------------|----------------|
| | Máquinas e equipamentos | Terrenos | Edifícios e construções | Móveis e utensílios | Veículos | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Equipamentos de informática e comunicação | Antenas, torres e rede integrada | Contrato de arrendamento mercantil | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 49.398 | 9.207 | 27.900 | 3.736 | 158 | 1.783 | 3.247 | 951 | - | 96.380 |
| Adições | 14.438 | - | 2.015 | 1.085 | - | - | 600 | 9 | - | 18.147 |
| Baixas | (64) | - | - | (5) | (3) | - | (8) | - | - | (80) |
| Transferência | 54 | - | (923) | (1.384) | - | 845 | 697 | - | - | (711) |
| Depreciação | (8.792) | - | (888) | (778) | (118) | (407) | (1.339) | (227) | (556) | (13.105) |
| Direito de uso de arrendamento | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.763 | 1.763 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 55.034 | 9.207 | 28.104 | 2.654 | 37 | 2.221 | 3.197 | 733 | 1.207 | 102.394 |
| Adições | 3.511 | - | 101 | 53 | - | 40 | 1.577 | - | - | 5.282 |
| Baixas | - | - | (356) | (0) | (37) | - | (3) | - | - | (395) |
| (-) Distratos/Remensuração | - | - | - | - | - | - | - | - | (281) | (281) |
| Importação em andamento | (2.214) | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.214) |
| Depreciação | (8.759) | - | (814) | (624) | - | (413) | (1.326) | (168) | (157) | (12.261) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 47.572 | 9.207 | 27.035 | 2.083 | - | 1.848 | 3.446 | 565 | 769 | 92.525 |

| INTANGÍVEL | | | | | |
|--|-------------------|--------------|----------------|------------------------|--------------|
| | Marcas e patentes | Software | Direito de uso | Acervo cinematográfico | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.234 | 3.124 | 223 | 83 | 4.664 |
| Adições | 5 | 1.202 | - | - | 1.207 |
| Baixas | (120) | - | - | - | (120) |
| Transferência | - | 711 | - | - | 711 |
| Amortização | - | (1.565) | - | (11) | (1.576) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.119 | 3.472 | 223 | 72 | 4.886 |
| Adições | - | 4.334 | - | - | 4.334 |
| Baixas | (1) | - | - | - | (1) |
| Amortização | - | (1.323) | - | (11) | (1.334) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.118 | 6.483 | 223 | 61 | 7.886 |

10 Partes relacionadas

10.1 Saldos patrimoniais

| <u>(a) Contratos de mútuos</u> | <u>ATIVO</u> | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| RBS Empresa de TVA Ltda. | 2.029 | 1.997 |
| Rede Popular de comunicações Ltda | 4.369 | 4.167 |
| Televisão Cruz Alta Ltda | 533 | 509 |
| Rádio Educadora Ltda | 607 | 579 |
| Outros | 6.767 | 5.791 |
| Total | 14.305 | 13.043 |

| <u>(b) Cash company</u> | <u>ATIVO</u> | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| RBS Administração e cobrança Ltda | 7.225 | 6.040 |
| Total | 7.255 | 6.040 |

(i) Contratos de mútuos

Referente a contrato de mútuo firmados entre as empresas do Grupo RBS. Os contratos têm incidência de juros de 4,8% anual, e o prazo de liquidação é de até 10 anos da data da assinatura do contrato.

(ii) Cash Company

A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma *Cash Company*, controlada pela S+ Participações S.A.. O objetivo desta *Cash Company* é operacionalizar o fluxo financeiro do Grupo RBS, através de recebimentos e pagamentos diários. Este serviço é prestado com base no contrato particular de garantia.

Os saldos com essas companhias não estão sujeitos à incidência de juros e são demonstrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.

(iii) Alocação dos lançamentos

As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas, através dos serviços corporativos, incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS.

10.2 Partes relacionadas - Resultado

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| RBS Empresa de TVA Ltda. | 35 | 19 |
| Radio Educadora Ltda. | 34 | 11 |
| Rede Popular de Comunicações Ltda. | 240 | 74 |
| Televisão Cruz Alta Ltda | 27 | - |
| Royalties (i) | - | 1.522 |
| Diretores e conselheiros (ii) | <u>(2.874)</u> | <u>(4.140)</u> |
| Total | <u>(2.538)</u> | <u>(2.514)</u> |

(i) As Companhias do Grupo RBS utilizavam-se historicamente das marcas registradas na RBS Participações S.A mediante o pagamento de royalties, em contratos de licenciamento que se renovaram tacitamente ao longo dos anos. Identificou-se que as marca perante o mercado publicitário e ao público em geral, agrega valor às empresas e a seus serviços, motivo pelo qual a RBS Participações S.A passou a entender que não é mais necessária a remuneração pelo licenciamento de uso das marcas desde abril de 2019.

(ii) refere-se ao impacto da remuneração dos administradores e conselheiros da Companhia no resultado.

11 Debêntures

(a) Mapa de movimentação das debêntures

| MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DE DEBÊNTURES | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------------|----------|---------------------|-----------------|----------------|----------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Descrição | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Pagamento Principal | Pagamento Juros | Provisão Juros | Custo das debêntures | Saldo em 31/12/2019 | Curto prazo | Longo prazo |
| Debêntures (d) | 180.775 | - | (34.800) | (14.803) | 12.970 | - | 144.142 | 39.742 | 104.400 |
| Debêntures (e) | 112.975 | - | (28.000) | (8.980) | 8.613 | - | 84.609 | 28.609 | 56.000 |
| Custo das debêntures | (3.757) | - | - | - | - | 1.057 | (2.700) | (1.069) | (1.631) |
| Total | 289.993 | - | (62.800) | (23.783) | 21.583 | 1.057 | 226.051 | 67.282 | 158.769 |

| Descrição | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Pagamento Principal | Pagamento Juros | Provisão Juros | Custo das debêntures | Saldo em 31/12/2020 | Curto prazo | Longo prazo |
|----------------------|---------------------|--------------|---------------------|-----------------|----------------|----------------------|---------------------|---------------|----------------|
| Debêntures (d) | 144.142 | - | (34.800) | (9.164) | 6.187 | - | 106.365 | 36.765 | 69.600 |
| Debêntures (e) | 84.609 | - | - | (4.415) | 4.171 | - | 84.365 | 28.366 | 56.000 |
| Custo das debêntures | (2.700) | (211) | - | - | - | 716 | (2.195) | (1.060) | (1.136) |
| Total | 226.051 | (211) | (34.800) | (13.579) | 10.358 | 716 | 188.535 | 64.071 | 124.464 |

(b) Principais características das debêntures

| Descrição | Valor contratado | Taxas | Data contratação | Ínicio da amortização | Término da amortização | Pagamento |
|-----------------|--|--|------------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|
| Debêntures (i) | 300.000 | 2,05% a.a + CDI | 12/07/2011 | 12/07/2017 | 12/07/2023 | Anual |
| Debêntures (ii) | 56.000 (1ª série) 84.000 (2ª série) 140.000 Total | 1,00% a.a. + CDI - 1ª Série 2,20% a.a. + CDI - 2ª Série | 21/11/2017 | | 21/11/2023 | Anual |
| | | | | 21/11/2018 | | 1ª Série - Liquidação 50% |
| | | | | 21/11/2019 | | 1ª Série - Liquidação 50% |
| | | | | 21/11/2021 | | 2ª Série - Liquidação 33,33% |
| | | | | 21/11/2022 | | 2ª Série - Liquidação 33,33% |
| | | | | 21/11/2023 | | 2ª Série - Liquidação 33,34% |

(c) Abertura de liquidação das debêntures

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--------------|-----------------------|-----------------------|
| 2021 | - | 61.935 |
| 2022 | 61.973 | 62.168 |
| 2023 | <u>62.491</u> | <u>34.666</u> |
| Total | <u>124.464</u> | <u>158.769</u> |

(d) Debêntures – Captação de R\$ 300.000

Em 24 de junho de 2011, a RBS Participações assinou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, com Data de Emissão em 12 de julho de 2011, por meio da distribuição pública e esforços restritos de colocação, 300 (trezentas unidades) debêntures ordinárias simples, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento final em 12 de julho de 2021. O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada, totalizando R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), com taxa de juros equivalente à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI acrescido de 2,50% a.a. paga anualmente, em 12 de julho. Os termos da oferta de debêntures preveem amortizações anuais em 12 de julho de 2017 a 12 de julho de 2021 e o resgate antecipado, parcial ou total, será permitido a partir do 13º mês, no caso em que uma taxa de resgate deverá ser paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidas pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.. De acordo com os termos da oferta de debêntures, a RBS Participações é obrigada a respeitar certas condições restritivas, das quais estão sendo observadas pela Companhia.

Em 25 de junho de 2013, a Companhia realizou o primeiro aditamento onde alterou os juros remuneratórios do spread para 2,05% a.a. a partir da desta data.

Em 21 de Dezembro de 2018, a Companhia realizou a operação de recompra de 10 (dez unidades) debêntures da Emissão, cujo valor nominal unitário das debêntures na data era de R\$ 600 (seiscentos mil reais) e juros provisionados de R\$ 22 (vinte e dois mil reais – por unidade). Com isso, o montante total da operação foi de R\$ 6.223 (seis milhões, duzentos e vinte e três mil) Em 25 de junho de 2013, a Companhia realizou o primeiro aditamento onde alterou os juros remuneratórios do spread para 2,05% a.a. a partir da desta data. Na data, as 10 (dez unidades) debêntures recompradas foram mantidas em Tesouraria e as 290 (duzentas e noventa unidades) debêntures restantes seguem em circulação.

Em 26 de Dezembro de 2018, a Companhia realizou o segundo aditamento da Escritura da Emissão, de forma a alterar as datas dos pagamentos, dividindo o saldo remanescente em mais 5 (cinco) parcelas

anuais consecutivas, porém foi identificado um equívoco na redação do aditamento sobre o percentual de amortização das parcelas.

Em 28 de dezembro de 2018, em cumprimento do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado pelos Diretores da Companhia a realização do cancelamento das 10 (dez unidades) debêntures recompradas. Com isso, a Companhia mantém somente 290 (duzentas e noventa unidades) debêntures em circulação.

Sendo assim, em 21 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o terceiro aditamento da Escritura da Emissão, aplicando os percentuais de amortização indicados a seguir, sobre o valor nominal unitário na emissão (1.000 - um milhão de reais), sendo cada uma das datas de uma “Data de Amortização”, efetuando a correção do segundo aditamento. Com isto, o vencimento das Debêntures foi prorrogado para 12 de julho de 2023.

Abaixo o resumo dos percentuais de amortização, com as modificações ao longo do período:

| Data da Amortização | Valor nominal unitário na emissão - R\$ | Quantidade de debêntures | Percentual da Amortização sobre o Valor Nominal unitário | Amortização anual - R\$ |
|---------------------------------|---|--------------------------|--|-------------------------|
| 12/07/2017 | 1.000 | 300 | 20% | 60.000 |
| 12/07/2018 | 1.000 | 300 | 20% | 60.000 |
| 12/07/2019 | 1.000 | 290 | 12% | 34.800 (i) |
| 13/07/2020 | 1.000 | 290 | 12% | 34.800 (i) |
| 12/07/2021 | 1.000 | 290 | 12% | 34.800 (i) |
| 12/07/2022 | 1.000 | 290 | 12% | 34.800 (i) |
| 12/07/2023 | 1.000 | 290 | 12% | 34.800 (i) |
| Total das amortizações | | | | 294.000 |
| Valor da recompra | | | | 6.000 (i) |
| Total da emissão inicial | | | | 300.000 |

(i) Na coluna “Quantidade de debêntures – UN”, a redução de 300 para 290 refere-se a recompra e posterior cancelamento de 10 unidades, conforme informado acima.

(e) Debêntures – Captação de R\$ 140.000

Em 16 de setembro de 2013, a RBS Participações emitiu, por meio de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 14.000 (quatorze mil unidades) de debêntures simples, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 16 de setembro de 2019. O valor nominal unitário das debêntures foi de R\$ 10 (dez mil reais) cada, totalizando de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões de reais), com taxa de juros equivalente à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e propagação de 1,90% a.a. pagos semestralmente, em 16 de março e 16 de setembro. Os termos das debêntures ofertadas previam amortização anual de 16 de setembro de 2018 a 16 de setembro de 2019 e o resgate antecipado, parcial ou total, permitido a partir do 13º mês.

Em 8 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou a liquidação destas debêntures no montante atualizado de R\$ 143.860. Substituindo pela a Escritura Particular da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, cuja emissão foi em 21 de novembro de 2017. O objetivo desta emissão era o alongamento do perfil de endividamento e reforço de caixa da emissora na época. O alongamento ocorreu através do resgate antecipado total das debêntures anteriores, cujo vencimento ocorreria em 2018 e 2019, substituindo pela nova emissão, com vencimento em 2018 e 2022.

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia realizou o primeiro aditamento da Escritura da Emissão, com alteração da cláusula 4.18.1.2 e da cláusula 4.19.2 da Escritura de Emissão, frente a aprovação da alteração do cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Série e consequentemente da alteração da Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, prorrogando a amortização de novembro 2020 para novembro de 2023, restando ratificados os demais termos e condições da Escritura de Emissão. O objetivo desta prorrogação ocorreu para sustentação e reforço do caixa para suavizar os impactos oriundos da Pandemia Covid-19.

12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

(a) Causas prováveis e depósitos judiciais

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Provisão para contingência – causas prováveis | | |
| Processos trabalhistas e previdenciários | (7.889) | (7.573) |
| Processos cíveis | <u>(3.901)</u> | <u>(1.595)</u> |
| Total provisão para contingências | <u>11.790</u> | <u>9.168</u> |
| Depósitos judiciais | | |
| (-) Processos tributários (i) | 6.182 | 6.030 |
| (-) Processos trabalhistas e previdenciários (ii) | 3.390 | 10.882 |
| (-) Processos cíveis | <u>163</u> | <u>163</u> |
| Totais depósitos judiciais | <u>9.735</u> | <u>17.075</u> |

(i) Refere-se a depósitos judiciais de PIS e COFINS sobre receitas financeiras que estão sendo discutidos judicialmente

(ii) Refere-se a depósitos judiciais, cuja natureza incide sobre as reclamações trabalhistas e previdenciárias.

(b) Causas possíveis

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Processos trabalhistas e previdenciários | 13.552 | 26.633 |
| Processos cíveis | 1.180 | 296 |
| Processos tributários (i) | <u>10.662</u> | <u>9.049</u> |
| Total provisão para contingências | <u>25.394</u> | <u>35.978</u> |

(i) Refere a Auto de infração de IOF sobre contratos de prestação de serviços com adiantamentos com a Cash Company do Grupo. Valores encontram-se impugnados.

(c) Outras informações

Em maio de 2015, a controlada RBS Administração e Cobrança Ltda recebeu ofício do Ministério Público Federal (MPF), solicitando informações sobre processos administrativo-tributários julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em exercícios anteriores, bem como sobre profissionais para tanto contratados. A Companhia efetuou os levantamentos internos necessários e tais informações foram prestadas ao órgão solicitante. Em 28/02/2018, o Grupo RBS foi cientificado da Representação de Nulidade nº 01/2018 relacionada ao julgamento do processo 11080.008088/2001-71 da RBS Administração e Cobranças Ltda., julgado pelo CARF em exercícios anteriores. Em 10/08/2018, o Grupo RBS foi cientificado da Representação de Nulidade nº 02/2018 de idêntico objeto. A Companhia apresentou as respectivas defensas em 12/03/2018 e 24/10/2018. Em 31/12/2020, encontravam-se em tramitação no CARF sem data para julgamento. A Companhia tem conhecimento de que, em 30/11/2018, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra os profissionais que atuaram no processo administrativo 11080.008088/2001-71, imputando-lhes suposta manipulação do respectivo julgamento. Nem a Companhia, nem seus atuais representantes, foram denunciados pelo MPF ou são partes na referida ação penal.

O montante atualizado é de R\$ 769.783. As referidas intimações estão relacionadas aos processos administrativo-tributários mencionados acima. De acordo com os assessores jurídicos externos da Companhia, referidas representações são ilegais e inconstitucionais; e a possibilidade de o julgamento ser anulado é considerada possível. Não obstante, tendo em vista que o tema envolve discussão de provas, tal prognóstico mantém-se inalterado caso o litígio, eventualmente, seja submetido à esfera judicial. Deste modo, na data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, não se encontra embasamento que imponha a constituição de provisão para perdas.

Finalmente, o Grupo reitera sua avaliação de que não há qualquer irregularidade em suas relações com a Receita Federal, uma vez que possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos.

Em 2019, conforme nota explicativa nº 7, a RBS Participações alienou suas ações na RBS Administração e cobrança da a S+ Participações S.A, empresa pertencente ao Grupo RBS.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 50.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 50.000 (cinquenta milhões) de ações.

(b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia constituído a reserva legal até seu limite, no montante de R\$ 10.000.

(c) Dividendos propostos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas não inferior a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram apropriados R\$ 4.117 referente aos dividendos obrigatórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram provisionados R\$ 8.963 referente aos dividendos obrigatórios e R\$ 33.994 de dividendos adicionais.

14 Receita operacional líquida

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Publicidade e propaganda | 193.484 | 239.171 |
| Produção e programação | 18.082 | 17.715 |
| Royalties (i) | - | 1.522 |
| Aluguel de infraestrutura | 2.828 | 2.710 |
| Outros | 2.693 | 3.934 |
| Cancelamentos | (6.475) | (1.132) |
| Total de receitas | <u>210.612</u> | <u>263.920</u> |
| Impostos sobre a receita | (11.511) | (14.430) |
| Receita operacional líquida | <u>199.101</u> | <u>249.490</u> |

(i) Conforme nota explicativa nº10.2, a RBS Participações S.A. entende que não é mais necessária a remuneração pelo licenciamento de uso das marcas desde abril de 2019.

15 Custos operacionais

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Pessoal e encargos | (37.716) | (37.410) |
| Depreciação e amortização | (7.081) | (6.657) |
| Produção e programação | (49.197) | (69.786) |
| Informática, telefonia, luz e água | (9.284) | (6.775) |
| Aluguéis | (2.536) | (2.856) |
| Manutenção e reforma | (2.106) | (3.196) |
| Perda de estoque obsoleto | (1.734) | (999) |
| Outros | (825) | (808) |
| Total de custos | <u>(110.479)</u> | <u>(128.487)</u> |

16 Despesas operacionais

(a) Gerais e administrativas

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|------------------------|------------------------|
| Pessoal e encargos | (34.425) | (42.018) |
| Indenizações | (4.455) | (953) |
| Auditoria e consultoria | (5.177) | (6.701) |
| Depreciação e amortização | (6.393) | (7.975) |
| Honorários advocatícios | (1.365) | (1.692) |
| Material administrativo | (2.026) | (2.186) |
| Segurança | (2.746) | (3.220) |
| Viagens e locomoção | (1.730) | (3.499) |
| Outros | (2.116) | (3.033) |
| Serviços corporativos (i) | <u>13.021</u> | <u>13.943</u> |
| Total de despesas gerais e administrativas | <u>(47.412)</u> | <u>(57.334)</u> |

(i) Refere-se ao reembolso das despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas, conforme nota explicativa nº 10.1 (iii).

(b) Com vendas

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|------------------------|------------------------|
| Pessoal e encargos | (1.869) | (2.298) |
| Marketing e comercial | (9.040) | (11.272) |
| Depreciação e amortização | (31) | (49) |
| Pesquisa | (4.497) | (4.295) |
| Comissão | (1.835) | (4.194) |
| Promoção | (611) | (928) |
| Provisão para devedores duvidosos (PDD) | (1.351) | (997) |
| Outros | <u>(364)</u> | <u>(388)</u> |
| Total de despesas com vendas | <u>(19.598)</u> | <u>(24.421)</u> |

(c) Outras receitas e despesas

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (i) | 16.799 | 23.299 |
| Baixa de investimento (ii) | (2.789) | - |
| Outros | <u>(851)</u> | <u>(396)</u> |
| Total de outras receitas e despesas | <u>13.159</u> | <u>22.903</u> |

(i) Refere-se à variação do valor justo por meio de resultados dos ativos financeiros, conforme nota explicativa nº6.

(ii) Refere-se a baixa do investimento em decorrência da extinção da cia RBS Comércio e licenciamento de marcas Ltda.

17 Resultado financeiro líquido

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| Juros sobre debêntures | (11.595) | (22.796) |
| Variação monetária | (482) | (2) |
| Outros | <u>(91)</u> | <u>(207)</u> |
| Total de despesas financeiras | <u>(12.168)</u> | <u>(23.005)</u> |
| Rendimento sobre aplicação financeira | 2.894 | 10.139 |
| Juros ativos sobre partes relacionadas | 337 | 104 |
| Outros | <u>1.118</u> | <u>801</u> |
| Total de receitas financeiras | <u>4.349</u> | <u>11.044</u> |
| Resultado financeiro | <u>(7.819)</u> | <u>(11.961)</u> |

18 Seguros

A política de gestão de risco de seguro da Companhia busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2020, a RBS Participações e suas controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

| <i>Modalidade</i> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-----------------------|
| Dano de fogo aos imóveis, instalações e equipamentos | 256.627 |
| Responsabilidade civil | 10.000 |
| Riscos diversos | <u>10.000</u> |
| Total de cobertura | <u>276.627</u> |

19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

| | RBS PAR+ CONSOLIDADO | |
|--|----------------------|-----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social | 14.681 | 52.907 |
| Alíquotas (25% IRPJ e 9% CSLL) | 34% | 34% |
| Base de cálculo | (4.992) | (17.988) |
| Despesas não dedutível | (5.153) | (165) |
| Receitas não tributadas | - | 946 |
| Propaganda partidária eleitoral | 11.925 | - |
| Outros | 7 | 152 |
| SALDO FINAL | 1.787 | (17.055) |
| | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 4.622 | (10.273) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (2.835) | (6.782) |
| SALDO FINAL | 1.787 | (17.055) |

20 Gerenciamento de risco

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados:

- Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

| | Nota | Valor contábil | Fluxo contratado | Até 12 meses |
|-------------------------------|------|----------------|------------------|--------------|
| 31 de dezembro de 2019 | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 125.633 | 125.633 | 125.633 |
| Contas a receber | 6 | 51.477 | 51.477 | 51.477 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 113.960 | 113.960 | 113.960 |
| Contas a receber | 6 | 42.617 | 42.617 | 42.617 |

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, sendo administrada no contexto do Grupo RBS.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

| | Nota | Valor contábil | Fluxo contratado | Até 12 meses |
|-------------------------------|------|----------------|------------------|--------------|
| 31 de dezembro de 2019 | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 125.633 | 125.633 | 125.633 |
| Contas a receber | 6 | 51.477 | 51.477 | 51.477 |
| Partes relacionadas | 10 | 15.442 | 15.442 | 15.442 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 113.960 | 113.960 | 113.960 |
| Contas a receber | 6 | 42.617 | 42.617 | 42.617 |
| Partes relacionadas | 10 | 21.529 | 21.529 | 21.529 |

(c) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

O excedente de caixa, quando aplicável, é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de Tesouraria para as empresas do Grupo RBS. Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma clara política de investimentos, com limites sobre a concentração de riscos.

O capital necessário à manutenção da continuidade operacional e a liquidez da Companhia, até o presente momento, estão assegurados pelo Grupo RBS.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

| | Nota | Valor contábil | Fluxo contratado | Até 12 meses | 2 Anos | 3 Anos | 4 - 5 Anos | Mais de 5 anos |
|--|------|----------------|------------------|--------------|--------|--------|------------|----------------|
| 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 8.363 | 8.363 | 8.363 | - | - | - | - |
| Debêntures | 11 | 226.051 | 300.027 | 80.483 | 80.251 | 87.086 | 52.207 | - |
| Contas a pagar referente a contratos de rede | | 14.423 | 14.423 | 14.423 | - | - | - | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 15.656 | 15.656 | 15.656 | - | - | - | - |
| Obrigações tributárias | | 9.939 | 9.939 | 9.939 | - | - | - | - |
| Comissões e bonificações a pagar | | 2.540 | 2.540 | 2.540 | - | - | - | - |
| Outras obrigações | | 451 | 451 | 451 | - | - | - | - |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 7.487 | 7.487 | 7.487 | - | - | - | - |
| Debêntures | 11 | 188.535 | 271.727 | 79.364 | 72.423 | 75.947 | 43.993 | - |
| Contas a pagar referente a contratos de rede | | 9.734 | 9.734 | 9.734 | - | - | - | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 9.333 | 9.333 | 9.333 | - | - | - | - |
| Obrigações tributárias | | 9.912 | 9.912 | 9.912 | - | - | - | - |
| Comissões e bonificações a pagar | | 659 | 659 | 659 | - | - | - | - |
| Outras obrigações | | 425 | 425 | 425 | - | - | - | - |
